

PESQUISAR OUTRAMENTE: (RE)PENSANDO PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO À LUZ DOS FEMINISMOS NEOMATERIALISTAS E PÓS-ESTRUTURALISTAS

RESEARCHING OTHERWISE: (RE)ENVISIONING RESEARCH PRACTICES IN LIGHT OF NEW MATERIALIST AND POST-STRUCTURALIST FEMINISMS

RESUMO

O presente ensaio pretende contribuir para os correntes debates sobre a necessidade de (re)pensar os habituais conceitos e práticas da chamada “metodologia qualitativa humanista convencional” à luz dos fundamentos epistemológicos e ontológicos avançados por contribuições feministas assentes nas teorias pós-estruturalistas, pós-humanistas e neomaterialistas, nomeadas aqui, na esteira de St. Pierre (2018), de “teorias pós”. Busco, em um primeiro momento, visitar sucintamente o processo de desestabilização da tríade moderna Sujeito-Linguagem-Objeto agudizado pela emergência do pós-estruturalismo e de posições teóricas associadas à chamada “virada ontológica” em curso nas ciências humanas e sociais. Em seguida, tendo como pano de fundo uma investigação sociológica teoricamente informada pela articulação de perspectivas feministas pós-estruturalistas e neomaterialistas, abordo criticamente o método de entrevistas, de modo a propor formas alternativas de conceber a natureza das relações estabelecidas entre “relatos” e “experiência”. Também apresento o método de leitura difrativa, argumentando que este caracteriza um inovador procedimento analítico alinhado aos compromissos epistemológicos e ontológicos de estudos pautados nas “teorias pós”. Por fim, defendo, em consonância com os recentes debates acerca das possibilidades de uma “pesquisa pós-qualitativa”, a necessidade das/os cientistas sociais aceitarem a premente tarefa de “pensar outramente” (FOUCAULT, 1984) suas habituais práticas de pesquisa à luz dos desafios apresentados por edifícios político-teóricos contemporâneos.

Palavras-chave: Metodologia. Epistemologia. Pós-estruturalismo. Neomaterialismo. Pesquisa Pós-qualitativa.

ABSTRACT

This essay intends to contribute to the current debates on the need to (re)think the usual concepts and practices of the so-called “conventional humanist qualitative methodology” in the light of the epistemological and ontological foundations of feminist contributions informed by poststructuralist, posthumanist, and new materialist theories, named here, following St. Pierre (2018), as “post theories”. I seek, at first, to briefly revisit the process of destabilization of the modern triad Subject-Language-Object, heightened by the emergence of post-structuralism and theoretical positions associated with the so-called “ontological turn” underway in the human

Caynnã de Camargo Santos

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Investigador. Orcid: 0000-0003-4069-1363. E-mail: caynnasantos@ces.uc.pt

and social sciences. Then, against the backdrop of a sociological investigative effort theoretically informed by the articulation of new materialist and post-structuralist feminist perspectives, I critically approach the method of interviews, in order to propose alternative ways of conceiving the nature of the relationships established between “accounts” and “experience”. I also present the method of diffractive reading, arguing that it characterizes an innovative analytical procedure aligned with the epistemological and ontological commitments of studies based on “post theories”. Finally, I defend, in line with recent debates on the possibilities of “post-qualitative inquiry”, the need for social scientists to accept the pressing task of “thinking otherwise” (FOUCAULT, 1984) their usual research practices in the light of the challenges posed by contemporary political-theoretical edifices.

Keywords: Methodology. Epistemology. Poststructuralism. New materialism. Post qualitative inquiry.

Introdução

[...] assim que não se pode mais pensar as coisas como se pensava anteriormente, a transformação se torna ao mesmo tempo muito urgente, muito difícil e muito possível. (FOUCAULT, 1988, p. 155)¹

O presente ensaio pretende partilhar as inquietações, as intuições e as respostas provisórias de um cientista social que se arriscou na desafiadora empreitada de conduzir uma investigação empírica teoricamente informada pela articulação das perspectivas feministas neomaterialistas e pós-estruturalistas. As discussões aqui apresentadas são animadas pelo objetivo de indicar caminhos possíveis para a superação daquilo que St. Pierre (2018) identifica como um quadro de desconexão, observável em diversos esforços atuais de investigação nas humanidades e nas ciências sociais, entre os conceitos e as práticas da “metodologia qualitativa humanista convencional” e os fundamentos epistemológicos e ontológicos daquilo que a autora nomeia de “teorias pós” (pós-modernas, pós-estruturalistas, pós-humanistas, etc.).

Não obstante a multiplicidade e heterogeneidade das perspectivas agrupadas sob o rótulo de “teorias pós”, creio ser possível afirmar que tais vertentes teóricas, ao avançarem posições marcadas, por exemplo, pelo reconhecimento dos potenciais produtivos dos discursos (acima de suas funções miméticas e referenciais), pela crítica a alguns dos binarismos fundantes da episteme ocidental moderna e pela ênfase no carácter complexo das articulações entre poder e saber, estabelecem diversas tensões – e, de fato, algumas incomensurabilidades – com as abordagens metodológicas qualitativas tradicionais, estas, assentes em concepções iluministas e humanistas da linguagem, do ser humano, do conhecimento, do corpo, da matéria e, por fim,

¹ Tradução livre. Na versão em inglês: “[...] as soon as one can no longer think things as one formerly thought them, transformation becomes both very urgent, very difficult, and quite possible” (FOUCAULT, 1988, p. 155).

do próprio real (ST. PIERRE, 2018). Dessa forma, e tendo como pano de fundo os desafios metodológicos enfrentados em um contexto de investigação sociológica particular, busco formular, em linhas gerais, respostas às seguintes questões: como as proposições das “teorias pós” podem transformar nossos entendimentos habituais acerca da natureza, das potencialidades e dos limites de métodos de produção de dados convencionalmente mobilizados por cientistas sociais? Em paralelo, quais conceitos alternativos poderiam contribuir para a renovação dos nossos tradicionais procedimentos de análise qualitativa de dados empíricos, visando técnicas mais condizentes com tais quadros teóricos emergentes?

A título de contextualização da temática que anima o presente ensaio, inicio minha trajetória expositivo-argumentativa revisitando, de modo necessariamente esquemático, alguns dos principais desafios aos tradicionais entendimentos em torno da tríade moderna Sujeito-Linguagem-Objeto apresentados pelas contribuições pós-estruturalistas e por posições teóricas associadas à chamada “virada ontológica” nas ciências humanas e sociais. Pretendo, neste momento inicial, enfatizar como o processo de desestabilização em curso dos pilares epistemológicos e ontológicos modernos exige que as/os cientistas sociais repensem as abordagens metodológicas que têm tradicionalmente pautado suas atividades de pesquisa. Em seguida, exponho sucintamente como o método de entrevistas e as noções de “relato” e “experiência” foram interpelados e (re)pensados no âmbito de uma pesquisa sociológica fundamentada nas contribuições feministas neomaterialistas e pós-estruturalistas. Por fim, destaco as potencialidades da leitura difrativa enquanto um método de análise de dados alternativo aos habituais procedimentos analíticos informados pela metáfora óptica da reflexão.

Modernidade e Metodologia das Ciências Sociais: uma breve contextualização crítica

Sandra Harding (1987), há mais de três décadas, fez importantes distinções entre metodologia, método e epistemologia que continuam a iluminar nossas compreensões desses fundamentais aspectos de qualquer esforço investigativo e das relações estabelecidas entre eles. A autora definiu metodologia enquanto uma perspectiva ampla, caracterizada por indagações acerca dos modos como uma estrutura teórica geral (por exemplo, a economia política marxista, a fenomenologia, etc.) deve ser operacionalizada em uma área de pesquisa particular. O método, por sua vez, refere-se às técnicas específicas a serem mobilizadas visando a coleta de evidências em determinado esforço investigativo. A tais conceitos subjaz a noção de epistemologia, uma teoria do conhecimento que define, entre outros elementos, o que pode ser identificado como um conhecimento válido, quem é (ou pode ser) o sujeito do conhecimento e o que é passível de ser conhecido.

Sem dúvida, questões epistemológicas terão implicações capitais em nossa compreensão dos modos como estruturas teóricas gerais podem ou devem ser aplicadas em disciplinas particulares e mediante quais métodos (HARDING, 1987, p. 3). Ainda, e como bem nos lembram St. Pierre *et al.* (2016), qualquer esforço de produção de conhecimento parte de entendimentos acerca do que é o “real” (a natureza e a composição daquilo que existe), de maneira que, da intersecção dessas reflexões ontológicas e da epistemologia, emergem metodologias e métodos.

As ciências sociais e suas convencionais reflexões metodológicas, enquanto produtos da *Weltanschauung* ocidental do século XIX, foram edificadas sobre pilares ontológicos, metafísicos e epistemológicos próprios da modernidade ocidental e do iluminismo. A compreensão moderna do que seria um trabalho empírico, por exemplo, é fortemente tributária da noção cartesiana de separação rígida entre sujeito e objeto: um pesquisador (o sujeito) estuda o mundo (o objeto) para conhecê-lo. A divisão da existência em termos desses dois campos (o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido) é uma pressuposição sobre o real que aceitamos de modo acrítico, isto é, figura como uma espécie de axioma que, geralmente, tomamos como verdadeiro antes mesmo de iniciarmos nossos projetos de pesquisa em ciências sociais (ST. PIERRE *et al.*, 2016, p. 102).

O corte cartesiano entre conhecedor e conhecido enseja também uma compreensão particular acerca da materialidade do mundo. Os objetos que compõem o real, segundo uma metafísica individualista cartesiana tradicional, consistem em entidades ensimesmadas, estáveis e passivas. Visando evidenciar a pervasividade dessa visão moderna, John Law (2004) compila sete “princípios” ou crenças sobre o mundo que implícita e irrefletidamente tendemos a endossar tanto em nossa vida cotidiana quanto em grande parte de nossas práticas de pesquisa: (1) princípio da exterioridade – cremos que há uma realidade exterior a nós; (2) princípio da independência – essa realidade é independente de nossas percepções; (3) princípio da anterioridade – essa realidade exterior existe como tal antes de nós, nos precede; (4) princípio da determinação – a realidade é composta por um conjunto de formas “sólidas”, isto é, detentoras de características e limites claramente determinados; (5) princípio da singularidade – há apenas um mundo real, físico, o qual todas/os compartilhamos; (6) princípio da constância – objetos e suas propriedades permanecem os mesmos a menos que sejam perturbados por uma causa exterior e, (7) princípio da passividade – na esteira do princípio da constância, a materialidade que compõe a realidade é “desencantada”, destituída de qualquer agência.

Uma vez que, de início, nos comprometemos com tais princípios e organizamos o mundo hierárquica e dicotomicamente mediante a fixação de um abismo ontológico entre sujeito e objeto, vemo-nos confrontadas/os com uma questão fundamental: como estabelecer diálogo entre estes “universos” apartados, de modo a permitir a produção do conhecimento científico?

A resposta moderna a esta interrogação é celebre e continua a informar as práticas de pesquisa atuais. Ela consiste em inserir outra entidade à fórmula, a linguagem. Apartada das outras duas, a ela é atribuída uma função mediadora entre

os polos que existem independentemente (sujeito e objeto). Emerge, assim, a tríade que marca o projeto epistemológico moderno – observador, palavras e coisas.

Tal quadro epistemológico é baseado em uma “filosofia da representação” (ST. PIERRE *et al.*, 2016), a ideia de que a linguagem pode “espelhar o mundo para a mente”. Esse entendimento suscita indagações acerca do nível de correspondência entre representações e a realidade material à qual elas se referem. Nesses termos, a ontologia e a natureza dos objetos que compõem o mundo tornam-se questões de descoberta, sendo papel das ciências e das “boas práticas” de pesquisa elaborar métodos que viabilizem a produção das melhores descrições dessa realidade dada, sob a égide do imperativo de representar as coisas e as leis gerais que as regem como elas realmente são “lá fora”. À linguagem, portanto, é reservado um caráter puramente mimético em relação aos seus referentes, sendo os objetos representados entendidos como de modo algum “marcados” pelas práticas representacionais ou pelo observador externo.

Desenvolvimentos teóricos no decorrer do século XX e que se estendem pelo século XXI cumpriram em desestabilizar todos os pontos dessa “sagrada família” moderna Sujeito-Linguagem-Objeto. O primeiro elo desta tríade, o Sujeito, talvez tenha sido a principal vítima do último século.

Iniciada já em finais do século XIX, pelas mãos de Nietzsche, a destruição da noção de uma subjetividade inata, autoconsciente e autônoma perpassará grande parte das teorizações de pensadoras e pensadores vinculadas/os ao pós-estruturalismo (Peters, 2000). Nesse profícuo quadro político-teórico florescente na segunda metade do século XX, as genealogias de Michel Foucault e sua radical historicização do sujeito iluminista, aproximando-o a uma ficção erigida no bojo do funcionamento de dispositivos de subjetivação próprios à sociedade disciplinar, alcançam lugar de destaque em termos de originalidade e influência.²

De fato, é possível argumentar que o Sujeito, essa figura cartesiana autocentrada, intencional e atomizada, não só morreu no século XX, como o fez repetidas vezes, sob suas diversas alcunhas, facetas e disfarces, e pelas mãos das/os mais variadas/os algozes: faleceu como autor (BARTHES, [1984] 2004), como Homem (FOUCAULT, [1966] 1992), como consciência de si (FREUD, [1938] 1964; LACAN, 1964), como Sujeito-ele-mesmo (FLAX, 1987; FOUCAULT, 1999; ALTHUSSER, 1996; DELEUZE, 1988), etc.

A concepção moderna de linguagem, por sua vez, tem sido radicalmente repensada, ao menos desde o segundo Wittgenstein (1999), em termos de sua natureza, funções, formas de funcionamento e potencialidades. Posicionamentos que sublinham a instabilidade dos sentidos e o papel produtivo desempenhado pela linguagem em relação aos seus pretensos referentes – ou “representadas/os”, sinônimo cujo uso, aqui, nos remete aos desafios não apenas epistemológicos, mas também diretamente políticos

² O nível de sucesso de Foucault em efetivamente sepultar a figura do Sujeito é objeto de intenso debate. A título de exemplo, Jürgen Habermas, ecoando em certo nível algumas das críticas anteriormente endereçadas ao pensador francês por Gayatri Spivak (1988), afirma que o esforço genealógico de Foucault “segue o movimento de uma extinção radicalmente historicista do sujeito e termina em um subjetivismo irremediável” (HABERMAS, 2002, p. 387).

produzidos por esses desenvolvimentos –³ povoam abundantemente os trabalhos de pensadoras/es herdeiras/os da virada linguística desde meados da década de 1960. Tais teorizações cumpriram em desestabilizar os fundamentos do representacionismo (crença moderna que identifica o ideal de linguagem como pura correspondência ou reflexo do “real”), suplantando esta visada por um entendimento das práticas de linguagem como potências criadoras de realidade, e não apenas ferramentas descritivas. J. L. Austin, por exemplo, diferenciara dois tipos gerais de enunciados, os constativos, dedicados à descrição ou relato de um estado de coisas, e os performativos, que não apenas descrevem, mas produzem algo, razão pela qual não estão sujeitos à avaliação em termos de sua verdade ou falsidade (AUSTIN, 1990). Apropriações pós-estruturalistas e feministas da teoria dos atos de fala de Austin radicalizaram a ênfase no caráter performativo dos enunciados, marcando importantes momentos desse processo de profunda reconsideração do estatuto da linguagem no decorrer da segunda metade do último século (e.g. DERRIDA, 1990; BUTLER, 2003).

Finalmente, perspectivas historicistas emergentes no século XX, que desconfiavam de qualquer referência a “invariantes culturais” e “infraestruturas não construídas”, colocaram em xeque a noção fundacionalista de objeto⁴, subjacente às práticas de produção do conhecimento científico e seus critérios de justificação próprios da modernidade. Cabe salientar que, se, em um primeiro momento, a reinterpretção do estatuto do “objeto” cartesiano se deu sob forte influência do pensamento kantiano acerca dos limites do conhecimento, no decorrer da segunda metade do século passado tivemos a radicalização do debate, transcendendo o campo das problemáticas puramente epistemológicas (SANTOS, 2006). Nesse processo, observamos a crescente afirmação de que não nos confrontaríamos apenas com o fato de nossa condição histórica e simbólico-cultural caracterizar um impeditivo ao alcance do “real em si”, ocultado sob espessas camadas de discursos e normativas sócio-historicamente variáveis. Certa metafísica materialista moderna, que sustentava a crença em uma realidade material e objetiva passível de plena depuração da influência do “social”, também foi abalada em finais do século XX e início do século XXI. Da sociologia das associações de Bruno Latour (2008) às novas ontologias relacionais propostas pelos neomaterialismos feministas (BARAD, 2007; TUANA, 2008; ALAIMO, 2010; KIRBY, 2011), passando pelos *cyborgs* material-semióticos harawayanos (HARAWAY, 1991), testemunhou-se a crescente popularização de uma visão que aponta para a existência daquilo que Slavoj Žižek nomeia de uma irreduzível “incompletude ontológica do próprio objeto” (ŽIŽEK, 2013, p. 149). Estes “golpes de martelo” direcionados à pressuposição de existência de um fugidio objeto do conhecimento puro, “em si” (autossuficiente, estável e detentor

3 Como momento ilustrativo desse debate, remeto novamente ao influente ensaio de Spivak (1988) e sua célebre discussão sobre a interimplicação dos sentidos de representação como “*darstellen*” e “*vertreten*”.

4 Utilizo o termo “fundacionalista” de modo a evocar a noção de “fundacionalismo biológico”, proposta por Linda Nicholson (2000) para nomear as vertentes do pensamento feministas que, ao teorizarem as relações entre corpo, personalidade e comportamento, presumem a existência de determinadas constantes biológicas, naturais, sobre as quais seriam edificados os sentidos culturais do gênero. Em semelhança à maneira como tais perspectivas feministas abordam o corpo, a noção fundacionalista de objeto confere a este determinada autonomia metafísica em relação às práticas de produção do conhecimento.

de propriedades não relacionais), não partiram unicamente das ciências sociais e humanas. Lembremos, por exemplo, da transição paradigmática representada pelo advento da mecânica quântica e, em especial, pelo princípio da complementaridade de Niels Bohr, em relação aos postulados da mecânica clássica que assumem uma separação rígida entre agências de observação e objeto observado (BOHR, 1949). Meio século depois, tal “filosofia-física” bohriana seria apropriada pela leitura feminista de Karen Barad, dando origem ao seu realismo agencial (BARAD, 1996; 1998).⁵

Tendo em mente a indelével, íntima e necessária relação existente entre metodologia, epistemologia e ontologia, uma vez desestabilizados os pilares do projeto epistemológico moderno, assim como suas premissas ontológicas e metafísicas, seria esperado que fossem também radicalmente transformadas as formas como teorias gerais são pensadas com vistas à sua operacionalização e as perspectivas que orientam o levantamento e análise de dados em esforços investigativos específicos. Em outras palavras, novas ontologias e epistemologias deveriam, presumivelmente, ser acompanhadas de novas metodologias.

Entretanto, o que atualmente se constata em diversos projetos de investigação nas humanidades e ciências sociais é uma flagrante desconexão entre, de um lado, edifícios teóricos proponentes de ontologias e epistemologias críticas aos fundamentos modernos, cartesianos e humanistas e, de outro, metodologias qualitativas humanistas convencionais (St. Pierre, 2018). De algum modo, busca-se conciliar, por exemplo, revisões teóricas pós-estruturalistas sobre o caráter situado, parcial e performativo das práticas de produção de conhecimento com relatos minuciosos de entrevistas ou observações, tendo como horizonte a produção de descrições objetivas e fiéis das experiências e realidades estudadas. Os resultados são estudos “fraturados”, acometidos por determinado *habitus principiorum*: professam obsessivamente “teorias pós”, enquanto praticam seu oposto, mobilizando abordagens metodológicas calcadas no cartesianismo, muitas vezes marcadas por um residual positivismo.

Na próxima seção, tendo como pano de fundo o contexto de pesquisa no qual emergiram as inquietações metodológicas aqui partilhadas, busco demonstrar como o método de entrevistas e as noções de “experiência” e “relato” podem ser (re)pensados à luz das teorias neomaterialistas e pós-estruturalistas.

Afinal, como materializar metodologicamente as “Teorias Pós”?

Grosso modo, a referida pesquisa teve por objetivo interpelar, a partir de uma visada sociológica informada pela modalidade de neomaterialismo proposta por Karen Barad em suas tensões produtivas estabelecidas com perspectivas feministas pós-

⁵ De maneira sucinta, o realismo agencial de Karen Barad emerge da combinação de teorizações pós-estruturalistas e o quadro epistemológico desenvolvido pelo físico dinamarquês Niels Bohr, tendo como algumas de suas características fundamentais o questionamento de separações rígidas entre matéria e discurso e a proposição de uma nova ético-onto-epistemologia que privilegia o entrelaçamento à separabilidade (BARAD, 2007).

estruturalistas, as vivências encarnadas de mulheres com um tipo raro de malformação do aparelho reprodutor, que se manifesta na ausência congênita do útero e agenesia vaginal, conhecida na literatura médica como Síndrome de Mayer-Rokitansky-Küster-Hauser (MRKH).

À guisa de métodos para produção de informações, foram mobilizadas as entrevistas semiestruturadas. Estas foram conduzidas com base em um guião contendo perguntas formuladas de maneira propositadamente abrangente, que versavam sobre as diversas dimensões das vivências encarnadas de mulheres com MRKH, tendo como interesse transversal o caráter relacional dos processos responsáveis por *moldar* seus corpos, tanto ao nível de sua irreduzível concretude física (intervenções cirúrgicas e demais terapêuticas às quais foram submetidas), quanto ao nível dos sentidos (suas negociações constantes com discursos biomédicos que definem parâmetros sócio-historicamente contingentes de normalidade anatômica e, nesse movimento, relegam corpos que frustram tais expectativas normativas ao campo da anormalidade). Em outras palavras, as questões presentes no roteiro de entrevista almejavam, à luz das contribuições feministas neomaterialistas e pós-estruturalistas, interpelar os corpos enquanto realidades relacionais cuja estabilidade, predicados e limites são instanciados contextualmente mediante o funcionamento de uma miríade de aparatos material-discursivos de produção corporal (HARAWAY, 1988; BARAD, 2007).

Cabe, neste ponto, uma questão: afinal, seria um método tão tradicional quanto as entrevistas conciliável com os compromissos epistemológicos e ontológicos das perspectivas neomaterialistas e pós-estruturalistas?

De fato, entrevistas têm sido amplamente usadas nas ciências sociais no decorrer de grande parte de sua história enquanto ramo científico. Os primeiros escritos “sociológicos” (isto é, produzidos por sociólogas/os ou endereçados prioritariamente a estas/estes) a se debruçarem pormenorizada e sistematicamente sobre as potencialidades e limites dessa técnica de levantamento de dados empíricos remontam aos primeiros manuais gerais de métodos de pesquisa em ciências sociais, publicados nas décadas de 1920 e 1930 (PLATT, 2012, p. 11).

Nessa pesquisa, entretanto, diferentemente de investigações alicerçadas em preceitos metodológicos humanistas convencionais, não compreendeu o método de entrevistas como uma forma de produzir descrições rigidamente apartadas (temporal e espacialmente) de acontecimentos autônomos. De fato, conceber que entrevistas são mecanismos linguísticos de mediação que nos permitem acesso privilegiado àquilo que “realmente aconteceu” – a *experiência*, esse elusivo referente material exterior à linguagem e que parece sempre escapar à sua plena captura pela memória – presume determinada referencialidade da linguagem que só poderia ser endossada à custa da completa negação dos desenvolvimentos teóricos pós-estruturalistas acerca do caráter produtivo dos discursos em relação aos objetos que alegam representar.

Ao invés de negar o pós-estruturalismo e as contribuições feministas por ele informadas, realizei um movimento contrário, animado pela seguinte indagação: de quais maneiras é transformado o modo como compreendemos as relações estabelecidas

entre *relatos* e *experiências* caso levemos realmente a sério as contribuições feministas pós-estruturalistas?

Ao transpor a lógica que fundamenta a teoria butleriana da performatividade do gênero (BUTLER, 2003) à problemática das relações entre experiência e relatos produzidos em entrevistas – estabelecendo determinada homologia entre os termos *materia/sexo/experiência* e *discurso/gênero/retrato* –, temos que, assim como o gênero não consiste nos sentidos atribuídos a uma realidade sexual preexistente à sua articulação discursiva, mas figura enquanto um aparato discursivo através do qual se cria a ilusão do sexo como realidade pré-linguística, os relatos que tomam parte nas entrevistas não apenas articulam verbalmente experiências preexistentes, mas contribuem para a construção destas. Como aponta Guntram (2014), através de relatos e narrativas;

[...] indivíduos são capazes não só de relatar e descrever suas experiências para um público específico, mas as narrações também permitem que eles reinterpretem e negociem suas relações com o mundo e podem, portanto, ser centrais na formação das experiências (GUNTRAM, 2014, p. 21)⁶

Nos marcos de um quadro não representacionista da linguagem, portanto, relatos são tomados não como enunciados constativos que refletem determinada realidade independente, mas como práticas discursivas que performativamente atuam na produção de realidades, sentidos e vivências (DAVIES; DAVIES, 2007). Por sua vez, a *experiência*, um *topos* central das abordagens metodológicas qualitativas tradicionais, é agora compreendida como detentora também de uma fundamental dimensão discursiva, em detrimento da posição que a caracteriza enquanto unicamente material (os fatos).

É possível problematizar ainda, à luz do realismo agencial de Karen Barad, o tradicional ideal sonhado por pesquisadoras/es ao realizarem entrevistas, no que diz respeito à possibilidade de redução – ou mesmo completa eliminação – do espaço que separa o que é dito pela/o entrevistada/o e aquilo que “realmente aconteceu”. Na esteira da ontologia relacional promulgada por Barad (2007), é possível afirmar que essa presumida lacuna entre aquilo que é contado e os “fatos” não indica um obstáculo de ordem epistemológica, decorrente de uma imaginada falha da/o informante em descrever fielmente uma experiência em todos os seus detalhes. Ao contrário: essa “falha” ou incompletude está inscrita na própria experiência “em si”, razão pela qual é incontornável.

O esforço de investigação que busca, através de relatos, alcançar imediatamente o que “realmente aconteceu” está fadado ao fracasso desde o início, pois presume a existência de um objeto (no caso, a experiência) independente e plenamente constituído

⁶ Tradução livre. No original: “[...] individuals are able not only to recount and describe their experiences to a specific audience, but narrations also enable them to reinterpret and negotiate their relationships with the world and may thus be central in the formation of experiences” (GUNTRAM, 2014, p. 21).

a priori. A experiência só alcança determinada estabilidade ontológica contingente no momento de sua aparente descrição. Em uma leitura informada pelo realismo agencial, entrevistas figuram como oportunidades de preenchimento contextual da irreduzível lacuna constitutiva do “objeto”, permitindo a construção performativa de acontecimentos enquanto realidades anteriores e completas em si. Desta forma, no estudo em questão, mais que momentos de rememoração, entrevistas tornaram-se eventos de cocriação.

Todavia, é preciso atentar, com base na renovada ênfase dada pelos neomaterialismos nas dimensões tangíveis do mundo, para o fato de diversos condicionantes materiais influenciarem o modo como se dá a construção performativa da experiência no momento das entrevistas. Lisa Guntram (2014), em sua discussão sobre as dificuldades metodológicas por ela enfrentadas em uma pesquisa que envolveu a realização de entrevistas com mulheres com MRKH e Síndrome de Turner, descreve uma interação com um colega pesquisador, cujo comentário é revelador de determinada dimensão material muitas vezes negligenciada nos debates sobre práticas de pesquisa:

Como comentou um colega meu, um professor de cinquenta e poucos anos, não teria sido possível para ele realizar as mesmas entrevistas que eu fiz, tanto em termos das perguntas que fiz quanto da maneira como as fiz (GUNTRAM, 2014, p. 46).⁷

Tal comentário contribui de duas importantes maneiras para a discussão. Primeiramente, resgata quem pesquisa de sua habitual posição mágica de observador desencarnado cartesiano, capaz de realizar “the god trick of seeing everything from nowhere” (HARAWAY, 1988, p. 581), ancorando-o corporalmente nas práticas materiais de produção do saber científico. Ademais, demonstra como a condição irremediavelmente encarnada do “sujeito do conhecimento” pode impactar o processo dinâmico de coprodução de experiências e relatos no momento da entrevista, atuando de modo a aumentar ou reduzir a distância entre entrevistador/a e entrevistada/o e, em última instância, construindo condições diferenciadas de confiança mútua que permitem (ou limitam) a emergência de determinadas informações e realidades em detrimento de outras.

A consideração do caráter corporalmente situado daquele que realizava o estudo também respondeu, na pesquisa em questão, a um imperativo diretamente ético-político. O movimento de elisão do corpo daquele que conduzia as entrevistas (um homem cuja anatomia e funções fisiológicas se colocam em conformidade com os parâmetros de normalidade como definidos pelo saber médico vigente e que, em seu país de origem, é comumente hetero identificado enquanto branco) poderia ser interpretado como uma forma de perpetuação da estrutura euro-androcêntrica de poder e dominação que, no decorrer da história ocidental, teve seu funcionamento

⁷ Tradução livre. No original: “As a colleague of mine, a male professor in his mid-fifties commented, it would not have been possible for him to conduct the same interviews as I had, in terms of either the questions I had asked or how I had asked them” (GUNTRAM, 2014, p. 46).

baseado na identificação do *cogito* e da consciência imaterial com o “Masculino” e o homem branco, à custa da condenação do “Feminino” e de grupos racializados à pura imanência corporal, à natureza e, por fim, ao papel inferiorizado de “Outro” da Razão. Dessa forma, os diversos vínculos subterrâneos estabelecidos entre a ocultação do caráter encarnado do sujeito produtor do conhecimento científico e dinâmicas longevas de exploração e opressão sexista e racista fizeram do esforço de consideração da influência do corpo na pesquisa uma necessidade não apenas teórico-metodológica, como eminentemente ético-política.

De fato, a natureza íntima e potencialmente sensível das temáticas tangenciadas pelas perguntas feitas às mulheres com MRKH no âmbito da pesquisa não permitia que a relevância de tal “presença corporal” do entrevistador fosse subestimada. Me acompanhou durante todo o esforço empírico o entendimento claro de que, sem dúvida, outras falas emergiriam caso os entrelaçamentos constitutivos dessas entrevistas não envolvessem, na qualidade de entrevistador, um homem cuja conformação física se adequa às concepções de normalidade anatômica e funcional masculina vigentes.

Compreendo, porém, que ao invés de demonstrar a fonte de uma “limitação epistemológica irremediável” do esforço de investigação, derivada da especificidade física daquele que fazia as perguntas (o modo como o caráter corporalmente situado do entrevistador afastou a investigação da possibilidade de apreensão da “verdade” das experiências vividas pelas entrevistadas), tal situação sublinha a natureza fundamentalmente relacional do método de entrevistas, assim como aponta para o fato de que nunca possuímos o pleno controle sobre as agências materiais que constituem as nossas práticas de pesquisa.

Longe de perseguir uma posição de agente humano clássico e onipotente, nessas entrevistas busquei maneiras de inserir-me produtivamente (ou “construtivamente”; ver adiante) nas “danças de agência” (PICKERING, 1995) que caracterizam a atividade científica. Nelas, estamos constantemente negociando com actantes humanos e não humanos – sobre os quais, muitas vezes, não temos controle –, em um processo dialógico dinâmico do qual emergem os contornos daquilo que, inicialmente, acreditávamos que iríamos simplesmente “observar” a uma distância segura.

“*Aprender a dançar*” – talvez essa seja uma boa metáfora para expressar os objetivos de uma investigação empírica pautada nas “teorias pós”.

Da reflexão à difração: novas metáforas, novas práticas analíticas feministas

Jackson (2013) menciona algumas características definidoras de abordagens qualitativas tradicionais no tocante a procedimentos de análise de dados. Segundo a autora,

a análise de dados tradicional em pesquisa qualitativa tende a práticas humanistas e essencialistas de classificação e agrupamento de dados que parecem ser semelhantes e construção de temas a partir de dados similares, com base em coerência e padrões (JACKSON, 2013, p. 742).⁸

Sob a égide dos imperativos de similaridade, padronização e coerência, as práticas de análise qualitativa convencionais, especialmente em relação aos tratamentos despendidos a informações decorrentes de entrevistas, tendem a se aproximar de tentativas de produção de ordem e regularidade, na forma de categorias que apagam as diferenças e privilegiam a identidade entre coisas aparentemente semelhantes (JACKSON, 2013, p. 742). Com isso, são invisibilizadas as relações complexas e as emergências inesperadas que, segundo as onto-epistemologias que assentam o realismo agencial, são o cerne dos processos de vir-a-ser dos fenômenos que compõem o real (BARAD, 2007).

Motivadas/os pelas insuficiências dos métodos de análise convencionais, autoras/os vinculadas/os aos neomaterialismos feministas propuseram diferentes e criativos modos de relacionar-se com dados produzidos em pesquisa (BARAD, 2007; JACKSON; MAZZEI, 2012; DAVIES, 2014; DAZA; HUCKABY, 2014; SPRINGGAY; TRUMAN, 2018). Destes, destaco a leitura difrativa (BARAD, 2007) como um profícuo procedimento que traduz, em termos de práticas analíticas, muitos dos compromissos ontológicos e epistemológicos das “teorias pós”.

Donna Haraway, em seu seminal *Modest_Witness@Second_Millennium. FemaleMan@_Meets_OncoMouse*[™] ([1997] 2018), propõe a noção de difração enquanto uma metáfora para expressar “outra forma de consciência crítica” (HARAWAY, 2018, p. 273) que deveria permear investigações calcadas nos novos modelos feministas de objetividade forte, de modo a suplantar a longa metáfora óptica da reflexão que informa os processos de produção do conhecimento científico. Segundo a autora, a tradicional prática crítica da reflexividade, à semelhança do fenômeno físico que a inspira, promove o mero espelhamento ou replicação do “mesmo” em outro lugar. Neste quadro, é presumida determinada oposição rígida entre o figurativo e o real, suscitando preocupações acerca dos estatutos a serem atribuídos a cópias e originais, o que garante as condições epistêmicas de perpetuação do impulso moderno e metafísico de busca por uma presença originária e autêntica, que aguardaria para ser “descoberta”, por um conhecimento puro e objetivo, sob camadas de replicação que lhe seriam meros epifenômenos (HARAWAY, 2018, p. 16).

Contrastivamente, o principal interesse de uma forma difrativa de ver e pensar, segundo Haraway, é romper com a cadeia de repetição do “mesmo” *ad aeternum*, atentando para os processos mediante os quais diferenças são relacionalmente produzidas. Informada pelo fenômeno físico da difração – que, *grosso modo*, consiste

⁸ Tradução livre. No original: “traditional data analysis in qualitative research tends toward humanistic, essentialist practices of sorting and grouping data that appear to be similar and building themes from similar data based on coherence and patterns” (JACKSON, 2013, p. 742).

no resultado da interação que toma parte quando ondas encontram um obstáculo ou se sobrepõem umas às outras –, tal forma de pensamento busca analisar como diferenças são criadas no mundo e quais efeitos elas têm sobre sujeitos e corpos, norteadas pelo imperativo ético-político de produzir “more promising interference patterns on the recording films of our lives and bodies” (HARAWAY, 2018, p. 16).

Partindo das teorizações de Haraway, Karen Barad (2007) superará os limites do uso metafórico do conceito, buscando sistematizar a leitura difrativa enquanto um método de análise. Para a autora, o principal aspecto do fenômeno físico de difração a ser retido por esforços analíticos situados diz respeito ao caráter coconstitutivo do movimento realizado por ondas quando estas se sobrepõem ou alcançam uma obstrução, dando origem a novas combinações de ondas e padrões de interferência construtiva e destrutiva.

Analogamente à forma como ondas, ao interferirem entre si ou com obstáculos, não reproduzem mecanicamente o “mesmo”, mas relacionalmente materializam algo novo (isto é, produzem novas combinações e padrões de difração), Barad propõe o método difrativo enquanto uma prática de promoção de interferências entre contribuições de diversas áreas disciplinares e posições teóricas, visando observar como novos fenômenos (novos construtos teóricos, alternativas políticas, etc.) emergem destes entrelaçamentos. Uma análise difrativa produz, de maneira relacional, algo fundamentalmente novo, rompendo assim com o círculo vicioso da repetição, próprio da reflexão (BARAD, 2007).

No estudo que tenho mobilizado enquanto “fio condutor” do presente ensaio, a análise dos dados produzidos nas entrevistas consistiu em uma tentativa de ler difrativamente visões “umas através das outras” (BARAD, 2003, p. 803). O realismo agencial baradiano, assim como seus diálogos mutuamente construtivos com as proposições de Foucault, Butler e diversas/os outras/os autoras/es advindas/os das mais variadas áreas disciplinares, foram mobilizados enquanto grades de difração que, quando atravessadas pelos dados decorrentes das entrevistas, fizeram emergir novas formas de pensar não apenas as vivências de mulheres com MRKH, mas também noções mais gerais como corpo, performatividade, processos de materialização corporal e práticas discursivas.

O foco desse modelo analítico residiu em atentar para os momentos em que dados e teorias interferiam entre si *construtivamente*, tomando como critério para aferição do nível de “construtividade” das interferências não apenas a medida em que as propostas resultantes ampliavam ou desafiavam o saber científico vigente sobre as problemáticas de interesse, mas também a intensidade com que as mesmas apontavam alternativas políticas capazes de tornar vidas hoje vitimadas por estruturas de poder-saber excludentes e opressivas, mais vivíveis (BUTLER, 2018).

De fato, acompanhou-me durante as análises o entendimento de que as teorias pós tornam forçosa a atribuição de uma renovada centralidade à faceta ética e política dos processos de pesquisa, uma vez que, neste novo “terreno teórico”, tal faceta não mais pode ser limitada à responsabilidade em produzir descrições precisas e fiéis de objetos (pretensamente) exteriores. Colapsado o império positivista e, com ele, a hegemonia

dos critérios de definição de validade do conhecimento com base exclusivamente no grau em que este estabelecerá correspondência com uma imaginada realidade independente, cabe agora avançar visadas analíticas norteadas por uma “objetividade forte” (HARDING, 1995), que reconheçam as práticas de produção do conhecimento científico como formas (situadas e parciais) de intervenção no mundo e, neste sentido, articulem em seus critérios de justificação epistêmica considerações diretamente éticas e políticas sobre as consequências observadas ou esperadas dos diversos conhecimentos produzidos. **À luz do** pragmatismo epistemológico, creio que os saberes produzidos por qualquer esforço analítico devem também ser avaliados à luz das possibilidades políticas que proporcionam, em termos de seus potenciais de facilitação de intervenções no mundo dedicadas à efetiva realização de ideais utópico-normativos de igualdade, solidariedade e justiça social⁹.

Em suma, o referido esforço de leitura difrativa, mediante engajamentos simultâneos com dados e teorias diversas, almejou observar não o que era *entendido*, mas o que era *produzido* diferencialmente pelos/nos entrelaçamentos da pesquisa.

Considerações Finais

No presente ensaio busquei, de maneira sucinta, partilhar algumas das inquietações metodológicas que me acompanharam no decorrer de uma investigação sociológica pautada nas teorizações feministas neomaterialistas e pós-estruturalistas. Os debates aqui apresentados são fruto, em última instância, de uma tentativa pessoal de resistir àquilo que Mary Daly (1985) nomeou de “metodolatria”, uma pervasiva forma de culto acrítico às abordagens metodológicas canônicas, que redundam na tentativa de impô-las, a todo custo (isto é, mesmo ao arrepio dos compromissos epistemológicos e ontológicos do estudo particular), sobre qualquer esforço investigativo.

Acredito, em consonância com as/os teóricas/os associadas/os ao emergente campo da “pesquisa pós-qualitativa” (ST. PIERRE, 2011; ST. PIERRE, 2018), que é chegada a hora das/os cientistas sociais aceitarem a premente tarefa de perspectivar criticamente suas habituais práticas de pesquisa à luz dos desafios apresentados por edifícios político-teóricos contemporâneos. Tal empreitada exigirá grandes doses de imaginação teórica e criatividade metodológico-conceitual. Exigirá, acima de tudo, um comprometimento coletivo com a tripla tarefa de “*penser autrement*” (FOUCAULT, 1984, p. 14) – “pensar ‘outramente’, pensar outra mente, pensar com outras mentes” (CASTRO, 2015, p. 25) – as metodologias das ciências sociais.

Afinal, como devemos entender as propostas das teorias feministas contemporâneas ao nível dos seus efeitos sobre os debates metodológicos atuais? Serão elas produtoras de “*method trouble*” ou proponentes de novas e profícuas formas de pensar/fazer pesquisa nas ciências sociais? Finalizo este ensaio respondendo a tal indagação pela

⁹ A nomeação de tais ideais não pretende falsear um imaginado sentido unívoco e consensual dos mesmos, ocultando sua natureza enquanto “conceitos essencialmente contestados” (GALLIE, 1956), cujas próprias definições são terreno de intensas disputas.

voz de Clifford Geertz (1983, p.21): “I not only think that these [two] things are true, I think they are true together”.

Referências

ALAIMO, Stacy. *Bodily natures: science, environment, and the material self*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996, p. 105-142.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARAD, Karen. Meeting the Universe Halfway: Realism and Social Constructivism Without Contradiction. In: NELSON, Lynn; NELSON, Jack (Orgs.). *Feminism, Science, and Philosophy of Science*. Great Britain: Kluwer Academic Publishers, 1996, p. 161-194.

BARAD, Karen. Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality. *Differences*, n. 10, p. 87-128, 1998.

BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 28, n.3, p. 801-31, 2003.

BARAD, Karen. *Meeting the Universe Halfway: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning*. Durham & London: Duke University Press, 2007.

BARTHES, Roland. *A morte do autor. O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOHR, Niels. Discussion with Einstein on Epistemological Problems in Atomic Physics. In: SCHILPP, Paul Arthur (Org.). *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*. Illinois: Open Court Publishing, 1949, p. 201-241.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: CosacNaify, 2015.

DALY, Mary. *Beyond God the Father: Towards a Philosophy of Women's Liberation*. Boston: Beacon, 1985.

DAVIES, Bronwyn & Davies, Cristyn. Having, and Being Had By, "Experience" Or, "Experience" in the Social Sciences After the Discursive/ Poststructuralist Turn. *Qualitative Inquiry*, vol. 13, n. 8, p. 1139-1159, 2007.

DAVIES, Bronwyn. Reading anger in early childhood intra-actions: A diffractive analysis. *Qualitative Inquiry*, vol. 20, n. 6, p. 734-741, 2014.

DAZA, Stephanie; HUCKABY, M. F. Terra Incognita: Em-bodied data analysis. *Qualitative Inquiry*, vol. 20, n. 6, p. 801-810, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, Jacques. Signature événement contexte. *In: Limited Inc*. Paris: Éditions Galilée, 1990, p. 15-51.

FLAX, Jane. Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory. *Signs*, vol. 12, n. 4, p. 621- 643, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité, t. II: L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Politics, philosophy, culture*. New York: Routledge, 1988.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. Some elementary lessons in psychoanalysis. *In: The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud XXIII*. Londres: The Hogarth Press, 1964.

GALLIE, Walter B. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, n. 56, p. 167-198, 1956.

GEERTZ, Clifford. *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology*. New York: Basic Books, 1983.

GUNTRAM, Lisa. *Ambivalent Ambiguity? A study of how women with 'atypical' sex development make sense of female embodiment*. Tese(Doutorado em Health and Society). Linköping: Linköping University, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, n. 14, p. 575-599, 1988.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. London: Free Association Books, 1991.

HARAWAY, Donna. *Modest-Witness@Second-Millennium.FemaleMan-Meets-OncoMouse: feminism and technoscience*. New York: Routledge, 2018.

HARDING, Sandra. *Feminism and methodology*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. Strong objectivity?: A response to the new objectivity question. *Synthese*, vol. 104, n. 3, p. 331-349, 1995.

JACKSON, Alecia Y. & MAZZEI, Lisa. *Thinking with theory in qualitative research: Viewing data across multiple perspectives*. London: Routledge, 2012.

JACKSON, Alecia Y. Posthumanist data analysis of mangling practices. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, vol. 26, n. 6, p. 741-748, 2013.

KIRBY, Vicki. *Quantum Anthropologies: Life at Large*. Durham: Duke University Press, 2011.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1964.

LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LAW, John. *After method: Mess in social science research*. Abingdon: Routledge, 2004.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PICKERING, Andrew. *The Mangle of Practice: Time, Agency, and Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

PLATT, Jennifer. The History of the Interview. In: GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A.; MARVASTI, Amir; MCKINNEY, Karyn D. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Interview Research*. Los Angeles: SAGE Publications, 2012, p. 9-26.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2006.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (Orgs.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Macmillan: Basingstoke, 1988, p. 271-313.

SPRINGGAY, Stephanie & TRUMAN, Susan. *Walking methodologies in a more-than-human world: WalkingLab*. New York: Routledge, 2018.

ST. PIERRE, Elizabeth A. Post qualitative research: the critique and the coming after. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *Sage handbook of qualitative inquiry*. Los Angeles: Sage, 2011, p. 611-635.

ST. PIERRE, Elizabeth A. Uma história breve e pessoal da pesquisa pós-qualitativa: em direção à “pós-investigação”. *PráxisEducativa*, vol. 13, n. 3, p. 1044-1064, 2018.

ST. PIERRE, Elizabeth A.; JACKSON, Alecia Y. & MAZZEI, Lisa A. New Empiricisms and New Materialisms. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, vol. 16, n. 2, p. 99-110, 2016.

TUANA, Nancy. Viscous Porosity: Witnessing Katrina. In: ALAIMO, Stacy; HEKMAN, Susan (Orgs.). *Material Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 2008, p. 188-213.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que Nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.

WITTGENSTEIN, Ludwig J. J. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

Recebido em 24/07/2023.

Aceito em 15/12/2023.